Peça Prática 01671

A polícia está investigando uma organização criminosa integrada por policiais militares, bombeiros militares e policiais civis cujos integrantes são suspeitos da prática de homicídios, extorsão, concussão, corrupção ativa e passiva, dentre outros crimes. De acordo com o que foi apurado até o momento, esses agentes públicos exigem que os comerciantes e moradores de uma determinada localidade paguem prestações semanais em dinheiro. Os criminosos chegaram mesmo a assumir a associação de moradores da comunidade, numa eleição marcada pela intimidação dos eleitores.

Inicialmente o pagamento era feito para que os agentes públicos policiassem a área e não deixassem que comerciantes e moradores fossem furtados, roubados ou sofressem outros crimes. Porém, com o tempo, esse grupo de agentes públicos passou a exigir também que os comerciantes e moradores somente comprassem gás em botijão com determinados revendedores, os quais eram, por sua vez, obrigados a conceder parte dos ganhos a essa organização criminosa. Aqueles que se recusaram a pagar foram espancados, mortos ou expulsos da localidade em que a organização criminosa atua.

Ocorre que a investigação chegou a um ponto em que as provas necessárias para identificar toda a cadeia de comando da organização criminosa só podem ser obtidas com a colaboração de alguém que participe da organização, já que nenhuma das vítimas concorda em depor. Para dificultar ainda mais a investigação, os criminosos não guardam qualquer espécie de registro de suas atividades e nenhum deles utiliza aparelhos telefônicos, com receio de serem interceptados, só discutindo seus planos criminosos na sede da associação.

Na condição de delegado titular responsável pela investigação, você chegou à conclusão de que é preciso lançar mão de medidas investigatórias mais intensas.

Diante desse quadro, redija a peça prática própria para por em prática as duas medidas de investigação adequadas para obter as informações que a polícia necessita, apontando os dispositivos legais pertinentes e fundamentando a necessidade da medida requerida.

Fundamente as suas respostas demonstrando conhecimento acerca dos institutos jurídicos aplicáveis ao caso e indicando os dispositivos legais pertinentes.

Resposta #005690

Por: jane eyre oliveira 20 de Agosto de 2019 às 23:16

Exmo (a) Sr (a) Dr (a) Juiz (a) de Direito do Tribunal de Justiça de Vitória ES

1. A Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, por meio do seu Delegado de Polícia, ao final assinado, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos pelo art. 144 § 4.da CF/88, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, representar pelas medidas: Captação ambiental e Infiltração policial, com fulcro nos arts. 1º e § 1º e art. 3º, INC. II e III da lei 12.850/2013 e no art. 2º INC. IV da lei 10.217/2001, pelos fundamentos de fatos e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS:

I – Trata-se de organização criminosa, sendo os suspeitos investigados policiais militares, bombeiros e policiais civis, pela prática dos crimes de homicídio, extorsão, corrupção ativa e passiva, dentre outros crimes contra as pessoas moradores e comerciantes de uma comunidade;

II – Os suspeitos investigados exigem dos comerciantes e moradores o pagamento semanal em dinheiro para fazer o policiamento e não terem suas casas furtadas, roubadas ou outros crimes;

III - Os investigados também começaram a exigir das vítimas que comprassem botijão de gás, somente de um revendedor por eles indicados;

IV – Por fim, as vitimas que não atendessem os investigados eram espancadas, mortas ou expulsas daquela comunidade, tendo medo de denunciar e depor contra os investigados, e não tendo esta organização criminosa, deixado registros de suas atividades, não usando aparelhos telefônicos até para evitarem qualquer tipo de escuta telefônica, só discutindo os seus planos na sede da associação dos moradores.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

I - Com base nos fatos relatados, ficou demonstrado que se trata de organização criminosa, com prática de crimes com pena superior a (04) anos, nos termos do art. 1º § 1º da Lei 12.850/2013;

II - A investigação nesta fase inquisitória necessita dos meios de obtenção de provas: captação ambiental e infiltração de agentes, conforme art. 3º, incisos II e VII da lei 12.850/2013, a fim de obter provas necessárias para identificar toda a cadeia do comando da organização criminosa;

III – O pedido de captação ambiental e infiltração de agentes são medidas restritivas protegidas pela reserva de jurisdição, da legalidade estrita, que somente por ordem judicial podem alguns princípios fundamentais inseridos no art. 5º da CF, sofrerem limitações, pois estes princípios não possuem caráter absoluto para proteger práticas ilícitas, em detrimento a ordem pública ou desrespeito aos direitos e garantias de terceiros, como ocorre nos presentes fatos.

DO PEDIDO

Ante o exposto, com base nos fundamentos de fato e de direito, representa esta autoridade policial pela:

I – captação ambiental, os sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos na sede da associação, pelo prazo de 15 dias, por analogia a lei de interceptação telefônica;

II – Infiltração policial nos termos do INC. VII, art. 3º da Lei 12.850/2013, pelo prazo de até 06 meses, prorrogáveis em caso de estrema necessidade, conforme lei 12.850/2013;

III – Encaminhamento das informações obtidas para esta autoridade policial, impondo o sigilo necessário para investigações;

IV – Requer a manifestação do órgão do Ministério Público, bem como o deferimento da medida sem a oitiva da parte contrária.

V – Requer medida urgente, conforme art. 12 § 1º da Lei 12.850/2013 (prazo de 24 horas)

Nestes Termos,

P. Deferimen

Local, Data.

Delegado de Polícia.

Matrícula.

Resposta #006945

Por: Mai.Delta 27 de Janeiro de 2022 às 10:47

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE

IP nº:

A Polícia Civil do estado , por intermédio do Delegado de Policia ao final assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais regulamentadas pelo Art. 144 §4º da Constituição Federal, Art. 2º da lei 12.830/13 e artigos 4º e seguintes do Código de Processo Penal, vem a presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 3º e 10º e seguintes da lei 12.850/13 e Art. 8-A e seguintes da lei 9296/96, REPRESENTAR pela infiltração de agentes e captação ambiental, pelos motivos expostos a seguir.

DOS FATOS:

Esta sendo investigado nesta delegacia, a atuação de uma organização criminosa compostas por agentes da segurança pública como policiais e bombeiros militares e policiais civis que são suspeitos da prática de homicídios, extorsão, concussão, corrupção ativa e passiva, dentre outros crimes.

A finalidade dessa organização criminosa, que usa o aparato de serem agentes da segurança pública, é dominar a localidade interferindo na liberdade dos moradores, que com medo e sob coação se submetem as suas ordens.

Dentre as ações, os investigados, exigem pagamento semanal dos moradores e comerciantes para manterem a segurança, bem como exigem a compra de botijão de gás seja realizada somente em um vendedor para que cobrem porcentagem em cima das vendas.

Ademais, a organização assumiu a associação de moradores da comunidade, numa eleição marcada pela intimidação dos eleitores.

Os moradores ou comerciantes que se negarem a realizar o pagamento ou ceder as exigencias são espancadas, mortos ou expulsos de suas casas.

As negociações e reuniões da organização são realizadas na sede da associação de moradores, pois, os agentes não usam nenhum meio eletrõnico por cautela.

Durante as investigações, não foi possivel colher depoimentos das vítimas, que se negam a depor por medo de represália.

Diante disso, esta autoridade policial conclui que não há outro meio para obtenção de provas que não seja a infiltração policial na aludida organização, bem como a captação ambiental a ser realizada na associação de moradores onde os suspeitos se reúnem.

DOS REQUISITOS PARA INFILTRAÇÃO DE AGENTES:

O Art. 10 §2º da lei 12.850/13 determina que exista indícios da existência de organização criminosa que tem como pressupostos a existência de estrutura organizada e hierarquizada, composta por no minimo 04(quatro) integrantes e que cometam crimes com a pena máxima superior a quatro anos ou de caráter transnacional.

Além disso, é necessário que a infiltração seja o único meio de prova, tendo que a medida tem caráter excepcional.

Visto que os requisitos acima podem sem vislumbrados no caso em epígrafe; pois, os investigados só se comunicam de forma presencial e as vítimas se recusam a depor; não há obice a autorização judicial que estabelecerá os limites da infiltração pelo prazo de 6(seis) meses (art. 10 caput e § 3º da lei 12.850/13).

As tarefas do agente infiltrado consistirá em simular interesse em fazer parte da organização, tornando-se um membro, bem como participar das reuniões, guardando a devida proporcionalidade em sua atuação, do contrário responderá pelos excessos (art.11 caput e 13 da lei 12830/13).

DOS REQUISITOS DA CAPTAÇÃO AMBIENTAL:

A presença dos requisitos para autorização da captação ambiental é evidente.

A prova não pode ser feita por outros meios, pois, como já mencionado, os investigados somente se comunicam de forma presencial e as vítimas e testemunhas se negam depor.

Não resta outro meio de obtenção de prova igualmente eficaz como a captação ambiental a ser realizada na associação de moradores pelo prazo de 15(quinze) dias, conforme estabelece o art. 8-A, § 3º da lei de Interceptação Telefônica.

Ademais, os investigados incorrem em crimes com penas máximas superiores a quatro anos, preenchendo o outro requisito para autorização da medida(art. 8-A, II, lei 9296/96).

CONCLUSÃO:

Dessa feita, esta autoridade policial, representa pela Infiltração de Agentes na organização criminosa aludida, pelo prazo de até seis meses, após ouvido o representante do Ministério Publico, com a possibilidade de sustação da operaçã caso haja indícios seguros de que o agente infiltrado sofra riscos iminentes. (art. 10 e 12 § 3º da lei 12.850/13).

Ademais, com fulcro no Art. 8-A da lei 9296/96, representa também pela captação ambiental na associação de moradores pelo prazo de 15(quinze) dias, onde deverá ser instalada por meio de operação policial disfarçada.

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data.

Delegado de Policia